

**PARECER Nº641/2012 DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 349/11**

Trata-se do Projeto de Lei n.º 349/11, de autoria do nobre Vereador Aurélio Miguel, que visa alterar o inciso VII e acrescenta parágrafo único ao art. 7º da Lei 14.223, de 26 de setembro de 2006, e dá outras providências.

Segundo o conteúdo da justificativa da proposta, lei visa harmonizar o entendimento já estabelecido na Resolução nº 01/08 da CPPU/SEHAB, de 14.02.2008, de que as placas informativas sobre obras sejam retiradas tão logo não seja mais útil, evitando assim, a permanência desse tipo de publicidade na paisagem.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa – CCJLP manifestou-se pela Legalidade, através do Parecer nº 1.388/11, em 19/10/11.

A Lei nº 14.223 de 26 de setembro de 2006, conhecida como “Cidade Limpa”, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do município, em seu artigo 7º, inciso VII, estabelece que para fins da lei não são considerados anúncios os que contenham mensagens indicativas de órgãos da Administração Direta. Contudo, no referido dispositivo legal, não consta disposições específicas acerca dos anúncios relacionados às obras públicas.

Posteriormente, o assunto, objeto da presente iniciativa, foi disciplinado pela Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU, a qual compete, segundo o inciso II do artigo 35 da Lei 14.223/06, dirimir dúvidas na interpretação de dispositivos desta lei ou em face de casos omissos.

Assim, a RESOLUÇÃO 1/08 - CPPU/SEHAB de 14/02/2008, que dispõe sobre as mensagens indicativas para eventos de Início, desenvolvimento e Inauguração de serviços e Obras, estabeleceu, que as peças que contenham informações sobre o início, o desenvolvimento, ou a inauguração de serviços e obras a serem colocadas nos eventos promovidos pelo Poder Público serão consideradas mensagens indicativas e de caráter temporário nos termos do inciso VII do Artigo 7º da Lei nº 14.223, de 26 de setembro de 2006 desde que, entre outros aspectos, sejam colocadas em até no máximo com 2 horas de antecedência e retiradas imediatamente após realização do evento.

Note-se que essas placas de obras, a priori, visam tornar públicas as informações contratuais referente à execução das obras e serviços públicos. No entanto, a sua permanência na paisagem acaba se constituindo uma espécie de propaganda institucional. Embora, a legislação vigente não considere este tipo de informação como anúncio, a sua presença na paisagem gera um efeito visual similar a qualquer tipo de anúncio.

Portanto, considerando os aspectos meritórios contidos na proposta no sentido de complementar as disposições da Lei nº 14.223/06 com relação ao ordenamento da paisagem, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, manifesta-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 349/11.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 23/05/2012.

Carlos Neder – PT

Chico Macena – PT

Dalton Silvano –PV

Juscelino Gadelha – PSB

Paulo Frange – PTB

Toninho Paiva - Relator - PR